

BRB-MASTER

A importância de mais aporte para o BRB

Especialistas ouvidos pelo **Correio** destacam a necessidade de novas captações de recursos para socorrer o Banco de Brasília. Distritais da CCJ aprovaram convocação, ainda sem data, de Nelson de Souza e de Valdivino de Oliveira

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

O Banco de Brasília (BRB) deve precisar de mais aportes para suprir os prejuízos deixados com a crise gerada após as negociações com o Banco Master. Esta é a avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**. Os economistas avaliam que a instituição precisará encontrar recursos, para além das soluções anunciadas e as previstas na Lei nº 7845/2026.

“Os valores discutidos até agora parecem insuficientes perante o rombo estimado, por isso, será inevitável que o GDF ou o governo federal busquem recursos extraordinários para reenquadrar os índices de Basileia (é um indicador internacional que possui a finalidade de analisar a saúde financeira de uma instituição) e recuperar a credibilidade do banco perante o mercado”, ressaltou Renan Silva, professor de economia do Ibmecc Brasília.

Ele avalia que a assembleia-geral extraordinária, marcada para 22 de abril, não ocorre em um bom momento do ponto de vista da transparência. “A ausência de um balanço auditado definitivo gera insegurança, mas penso que, diante da urgência de capital para evitar o colapso operacional, ela se torna um mal necessário para a sobrevivência da instituição”, destacou.

Ontem à noite, o BRB informou ao mercado que foi concluída a investigação independente sobre a operação “Compliance Zero”, conduzida pelos escritórios Machado Meyer Advogados, com apoio técnico da Kroll Associates Brasil Ltda. Segundo o banco, o relatório final foi encaminhado à Polícia Federal, que irá avaliar a existência de materialidade para eventual adoção de medidas. A instituição afirmou que o processo “reforça o compromisso com transparência, governança e prestação de informações ao mercado, ressaltando os limites legais de sigilo e proteção de dados sensíveis”.

Transparência

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo defendeu que a solução passe por decisões estruturais e maior transparência. “Os aportes precisam ser feitos pelos sócios (principalmente o GDF), e isso deve ser decidido em assembleia. Também existe a possibilidade de aquisição por outra instituição, o que chamamos de federalização, ou a venda de ativos”, explicou. Mas essa possibilidade, inicialmente, foi descartada pelo Palácio do Planalto.

Bergo destacou que a assembleia é essencial para definir os próximos

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Banco informou, por meio de ofício, “que está conduzindo auditorias, procedimentos que, por sua natureza, exigem confidencialidade”

passos do banco. “A assembleia é o órgão deliberativo da sociedade e precisa decidir o destino da empresa, mas os acionistas não têm acesso a informações completas. O que há, nesse momento, são dados desencontrados e um aumento constante dos valores envolvidos. A demora em dar satisfação às autoridades, como o Banco Central, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários); e à sociedade faz com que todos fiquem no escuro”, frisou.

De acordo com o especialista, a crise do BRB ultrapassa os limites da instituição e provoca efeitos no sistema financeiro. “Afeta o sistema financeiro, no sentido em que um banco médio, de boa reputação, passou a adotar atitudes que contrariam a boa prática bancária, como falhas de governança corporativa, de compliance e de controles internos”, afirmou. Segundo ele, uma série de irregularidades vêm sendo reveladas ao longo do tempo. “Quando surgiu a informação de que o banco teria adquirido bilhões em títulos podres, isso já acendia um alerta importante sobre possíveis impactos no sistema”, acrescentou.

Bergo avaliou a atuação do Banco Central diante do caso. “O BC tem demorado em tomar uma atitude e sido permissivo com relação ao atraso na apresentação de balanços, o que não é positivo”, disse. Para ele, a demora contribuiu com

a desconfiança do mercado. “Isso abre uma lacuna dentro do sistema financeiro e gera desconfiança, porque não se espera uma postura conivente da autoridade responsável pela regulação. Pode haver motivos técnicos, mas muitas informações ainda não foram esclarecidas”, afirmou.

Para César Bergo, o cenário é preocupante. “É o descumprimento de várias normas e leis, um desrespeito aos acionistas minoritários. A situação é grave, e está em risco a própria sobrevivência do banco”, alertou.

Convocação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou, por unanimidade, ontem, requerimentos de convocação do presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson de Souza; e do secretário de Economia, Valdivino de Oliveira. A convocação do secretário se estende, também, ao secretário-adjunto, Daniel Izaías. A data da presença das autoridades na comissão será divulgada posteriormente.

No último dia 17 de março, a comissão havia aprovado o convite a Nelson de Souza e Daniel Izaías, então secretário de Economia. A audiência estava marcada para ontem; no entanto, as autoridades informaram que não poderiam comparecer.

A atitude desagradou os parlamentares presentes na comissão, que aprovaram o requerimento de convocação por unanimidade. Estavam presentes três dos cinco distritais que fazem parte da CCJ: Thiago Manzoni (PL), Fábio Félix (Psol) e Chico Vigilante (PT). Os deputados Iolando (MDB) e Roberio Negreiros (Podemos) não compareceram à sessão.

“Lamentavelmente, esse compromisso não foi honrado. A ausência dos convidados, principalmente diante da gravidade dos fatos, não é apenas um desrespeito a essa comissão. É sobretudo um desrespeito ao cidadão do Distrito Federal, que tem o direito de saber o que está acontecendo com o Banco de Brasília”, afirmou Thiago Manzoni.

Chico Vigilante lamentou a ausência das autoridades. “A pessoa que não cumpre a palavra não merece respeito. Nós tínhamos voto para aprovar a convocação anteriormente, mas, devido à disponibilidade dos próprios convidados, transformamos em convite e eles não apareceram”, disse. Fábio Félix criticou a postura do banco em relação aos pedidos de informação feitos pela Câmara Legislativa. “Essa Casa e diversos gabinetes têm feito requerimentos para acessar documentos, mas a resposta do BRB tem sido desrespeitosa. É sempre um

‘não’ taxativo, com base em argumentos de sigilo, dizendo que essas informações não podem ser prestadas a ninguém”, afirmou.

Ele lembrou que dados recentes divulgados pela imprensa indicavam a dimensão das operações. “Foi revelado que são mais de R\$ 30 bilhões em transações com o Banco Master, algo que já havia sido mencionado pelo próprio presidente do BRB”, recordou.

Félix classificou a situação como grave e apontou falhas nos processos internos do banco. “Estamos falando de operações que concentram cerca de 95% desse tipo de transação com o Banco Master, sem passar por compliance, sem análise técnica e, quando havia análise, ela era desconsiderada na tomada de decisão”, disse.

Ponderação

Do **Correio**, o deputado Iolando (MDB) defendeu o presidente do BRB após o não-comparecimento à CCJ para esclarecimentos. “A decisão de convocar o presidente do BRB neste momento exige, a meu ver, uma análise mais cuidadosa sob a ótica do interesse público e da responsabilidade institucional da Comissão de Constituição e Justiça”.

O próprio banco, por meio de ofício, informou que está conduzindo

auditorias, procedimentos que, por sua natureza, exigem confidencialidade, rigor técnico e cautela nas manifestações públicas”, ponderou o distrital. “Não se trata de uma recusa ao diálogo, mas de uma postura institucional prudente diante de um processo sensível”, completou.

Apesar de ser membro da CCJ, Iolando não compareceu à reunião de ontem na comissão. De acordo com a assessoria do deputado, no momento da votação da convocação, ele estava em uma reunião na Secretaria de Educação tratando de temas voltados à escola técnica de Brazlândia.

“O papel do parlamento não é apenas fiscalizar, mas também agir com responsabilidade para não interferir negativamente em processos estratégicos que envolvem estabilidade financeira, credibilidade institucional e segurança das informações. Uma convocação nesse contexto pode gerar exposição indevida, comprometer análises em andamento e até produzir ruídos no relacionamento com órgãos como o Banco Central e o Fundo Garantidor de Créditos”, afirmou Iolando ao **Correio**. “Não se trata de abdicar da função fiscalizatória do Legislativo, mas de exercê-la com inteligência, timing adequado e compromisso com o interesse maior da sociedade”, completou.

Justificativa

Nelson Antônio de Souza justificou o adiamento de sua participação na CCJ citando a necessidade de cautela diante de investigações em andamento dentro da instituição. Em ofício encaminhado ao presidente do colegiado, Thiago Manzoni, o dirigente afirmou que o banco passa por “relevantes trabalhos de auditoria interna e auditoria forense”, o que, segundo ele, recomenda evitar manifestações públicas neste momento.

Na carta, o presidente do BRB agradece o convite para participar da audiência pública e destaca a importância da transparência em processos dessa natureza. Mas ponderou que o estágio atual das apurações exige prudência institucional. “Neste momento, o Banco de Brasília conduz relevantes trabalhos de auditoria interna e auditoria forense, o que recomenda extrema cautela nas manifestações públicas e institucionais sobre o tema”, informou no documento.

O dirigente sinalizou que a ausência não significa recusa em prestar esclarecimentos ao Legislativo. De acordo com ele, a intenção é comparecer à comissão assim que os trabalhos forem concluídos. “Tão logo sejam finalizados, o BRB se colocará à disposição dessa comissão para contribuir com os esclarecimentos que se fizerem necessários”, escreveu.

GDF cria o Parque Distrital da Serrinha

» CARLOS SILVA

O Governo do Distrito Federal (GDF) criou, ontem, o Parque Distrital da Serrinha, no Lago Norte, com extensão de 65,91 hectares. A medida, autorizada pela governadora Celina Leão, foi formalizada por meio de um decreto em edição extra do Diário Oficial (DODF). O objetivo da nova unidade de conservação é o ordenamento territorial de uma área sob constante pressão urbana, garantindo a proteção de ecossistemas nativos. No entanto, área do parque não inclui a Gleba A, que chegou a entrar no pacote de socorro ao Banco de Brasília (BRB).

A relevância estratégica do parque reside, principalmente, na segurança hídrica da capital. Segundo a governadora, a região da Serrinha concentra mais de 60% das nascentes mapeadas localmente, funcionando como um elo entre as bacias do Lago Paranoá e de Santa Maria/Torto. “Com a criação do Parque Distrital da Serrinha, a gente dá um passo firme na proteção dessas riquezas naturais, garantindo a preservação direta dos córregos Jerivá e Urubu”, destacou Celina Leão.

A gestão do espaço ficará a cargo do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), que terá o prazo de dois anos para elaborar o Plano de Manejo da unidade.

Área em disputa

Lúcia Mendes, presidente da Preserva Serrinha, explicou que a criação do parque era uma reivindicação antiga, mas não cobre a Gleba A, alvo de controvérsia por ter sido incluída no conjunto de imóveis que poderiam ser utilizados no processo de capitalização do Banco de Brasília (BRB).

“O decreto da governadora transformou o que seria o Parque Pedra dos Amigos em Parque da Serrinha — uma demanda antiga da comunidade, mas com um desenho tímido diante da imensa área de recarregar que precisa ser protegida. E não

cobre a Gleba A. Ficamos com um sentimento de que a notícia estava boa demais para ser verdade”, acrescentou a ativista.

A presidente da Preserva Serrinha disse que o trabalho em prol da área prossegue. “Precisamos de mais unidades de conservação de proteção integral nessas áreas de Cerrado. Vamos continuar na luta pela defesa da Serrinha”, concluiu.

No início deste ano, a área da Serrinha foi alvo de debate. A proposta do GDF previa a transferência da Gleba A para reforçar o patrimônio do BRB. Em 1º de abril, a governadora Celina Leão (PP) anunciou a retirada do local do rol de imóveis.

Marcos Woortmann/Material cedido ao Correio



A Gleba A da Serrinha do Paranoá não foi incluída no parque